

Empréstimos são retidos por Malan

Da Agência Estado

O ajuste fiscal ameaça a meta do Ministério da Educação (MEC) de criar 23 centros de ensino profissional este ano. Desde março, a área econômica do governo dificulta o ingresso de R\$ 32,4 milhões de empréstimos contraídos no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar o programa. Motivo: evitar o aumento do endividamento externo.

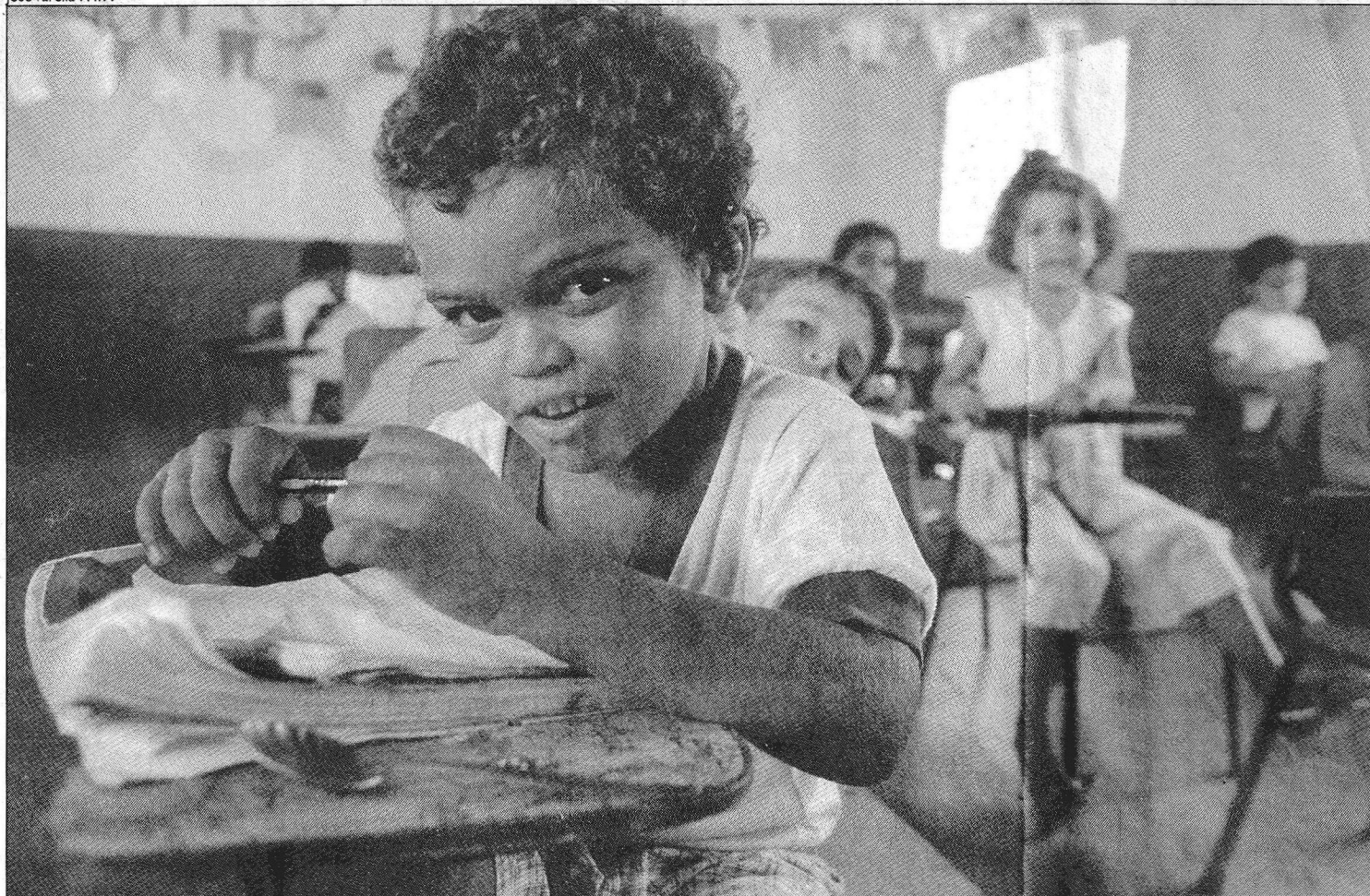
O impasse na liberação dos recursos (veja na página 16 que situação parecida acontece na área de meio-ambiente) cria mais um mal-estar no ministério, desta vez entre Paulo Renato Souza, da Educação, e Pedro Malan, da Fazenda. A briga já chegou ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Ontem, Paulo Renato e seus principais assessores passaram parte da manhã no Palácio da Alvorada, onde apresentaram ao presidente um balanço dos projetos em andamento.

O ministro negou que o financiamento do ensino profissional tenha entrado na pauta do encontro. Mas técnicos do MEC finalizaram na noite de quinta-feira, véspera da reunião com Fernando Henrique, relatório a ser apresentado ao presidente com detalhes da situação.

Desde julho, o Ministério da Fazenda também retém pedido de empréstimo de R\$ 200 milhões a ser assinado com o Banco Mundial para financiar programas do ensino fundamental (antigo 1º grau). "Não falo sobre orçamento, isso é assunto interno do governo", declarou Paulo Renato, evitando entrar em choque publicamente com Malan.

Por intermédio de sua assessoria, também Malan informou que não faria comentários. O

José Varella 7.4.99



O ajuste fiscal programado pelo governo para enfrentar a crise ameaça a meta do MEC de criar 23 centros de ensino profissional este ano

problema foi discutido pelos dois ministros no começo da semana. Paulo Renato aproveitou o encontro com Malan no desfile militar do Dia da Independência, para pedir apoio à liberação dos dois projetos. Mas o temor na Fazenda é que outros ministérios sigam o exemplo e a pressão por novos recursos comprometa o ajuste fiscal acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano.

INSENSÍVEIS

Mais direto, o presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), Éfrem Maranhão, cobrou ontem

"mais sensibilidade" da área econômica ao analisar projetos de ensino. "A área econômica encara como custo algo que representa uma perspectiva de desenvolvimento", criticou.

Segundo ele, diversos estados ainda não deram início a projetos do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) por falta de verbas. "Não vamos corrigir as desigualdades nem sair da miséria sem educação."

Lançado em 1997, o Proep conta com empréstimo de US\$ 250 milhões do BID, cabendo contrapartida de igual valor ao governo brasileiro — MEC e Fundo de Amparo ao Trabalha-

dor (FAT). O problema é que, para ser usado, o dinheiro emprestado pelo BID precisa constar no Orçamento da União, o que não ocorre com a parcela de R\$ 32,4 milhões pleiteada pelo MEC.

Assim, o Orçamento deste ano destina ao programa R\$ 54,4 milhões, como parte da contrapartida brasileira, mas autoriza apenas o ingresso de R\$ 22 milhões do empréstimo do BID. Cerca de 90% da parcela do governo brasileiro deste ano já foi aplicada na criação de centros de educação profissional.

O Proep tem como meta criar de 200 a 280 escolas técnicas no

país até 2003. Já estão em andamento 77 projetos, que vão consumir R\$ 142,1 milhões. A criação de outros 23 centros de educação profissional depende apenas da liberação de recursos, enquanto 72 projetos estão na fila para o ano que vem. Além disso, o MEC já recebeu 300 pedidos de financiamento para escolas técnicas.

O programa financia a construção e a reforma de centros federais, estaduais e do segmento comunitário. É o caso de uma escola de hotelaria e turismo ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em Santa Catarina.